Habilitações Literárias:

Licenciatura em Informática no Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos.

Categoria/Habilitações Profissionais:

Desde Outubro de 2007;
Nomeado chefe de equipa multidisciplinar de Comunicações (EMCC), com o estatuto remuneratório de chefe de divisão. No Instituto de Informática do MFAP.
De Fevereiro de 2006 a Outubro de 2007;
Desempenhou funções na Divisão de Sistemas (DSIS) como Especialista de Informática Grau 1 nivel 2. No Instituto de Informática do MFAP.
De 2001 a 2006;
Desempenhou funções na área de sistemas, como responsável das plataformas de sistemas distribuídos. No Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça.
De 1994 a 2001;
Desempenhou funções como Operador de Sistemas. Na Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça.
Projectos relevantes:
Desde Outubro de 2007 que desempenha no Instituto de Informática do Ministério das Finanças e Administração Pública as funções de chefe de equipa multidisciplinar de Comunicações (EMCC), coordenando designadamente a actividade da equipa de apoio às comunicações e segurança.
Participou na implementação da rede de comunicações do MFAP. Que permitiu a interligação de todos os organismos do Ministério das Finanças numa rede privada com circuitos redundantes.
Foi efectuada uma migração/conversão de endereçamento IP, na interligação com os vários organismos do MFAP de forma a uniformizar o endereçamento IP;
Reestruturação da rede de comunicações do IIMFAP em termos de equipamento activo e de segurança.
Migração da rede telefónica existente para VoIP. Dotou-se todo o edifício do IIMFAP de equipamento VoiP, abandonando a rede não estruturada de voz existente na altura para integrar a voz na rede de dados. Dando condições ao IIMFAP para integrar também a voz na rede de comunicações do MFAP;
Participação no projecto do novo Centro de Dados do IIMFAP.
Implementação de toda a infra-estrutura de comunicações do novo Centro de Dados e migração dos equipamentos do antigo centro e circuitos dos diversos operadores de comunicações a trabalhar com o IIMFAP:
De 1997 a 2006 participou em vários projectos como responsável pela equipa de administração de sistema:
Implementação do sistema de backups/restores para sistemas do centro de dados do ITIJ.
Projecto Sistemas de Custas Judiciais.
Implementação da plataforma ao nível da infra-estrutura de sistemas para a aplicação das Custas Judiciais a funcionar em todos os tribunais.
Sistemas de Custas Judiciais;
SIRCOM (Sistema de Informação do Registo Comercial);
SIRP (Sistema de Informação do Registo Predial);
SIRIC (Sistema de Informação da Identificação Civil);
Sistema Apoio Judiciário
SITAF (Sistema de informação dos Tribunais Administrativos e Fiscais).
Reorganização de equipamento do Datacenter do ITIJ.
Participação na implementação da rede de comunicações do Ministério da Justiça.
Participação nos processos eleitorais no enquadramento das tarefas do ITIJ.

Formação complementar:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (INA — 2008).
204180364

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Declaração de rectificação n.º 94/2011

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 465/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2011, rectifica-se que onde se lê «Licenciado Manuel Silva Cunha Pereira, Procurador da República.» deve ler-se «Licenciado Luis Manuel Cunha Silva Pereira, procurador da República».

6 de Janeiro de 2011. — A Directora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

204179425

Declaração de rectificação n.º 95/2011

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 332/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2011, rectifica-se que onde se lê «Licenciado Luís Manuel Silva Cunha Pereira, Procurador da República.» deve ler-se «Licenciado Luis Manuel Cunha Silva Pereira, Procurador da República».

6 de Janeiro de 2011. — A Directora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

204179385

Declaração de rectificação n.º 96/2011

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 250, de 28 de Dezembro de 2010, o despacho (extracto) n.º 19176/2010, a p. 62732, rectifica-se que onde se lê «Rodrigues Gonçalves de Carvalho» deve ler-se «Rodrigo Gonçalves de Carvalho».

29 de Dezembro de 2010. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

204183523

Despacho (extracto) n.º 1273/2011

Por despacho da Subdirectora-Geral de 29.12.2010, por delegação do Director-Geral:

Maria Cecília Costa Simões, Escrivã-Adjunta dos Juízos de Pequena Instância Criminal de Lisboa, autorizada a permuta, para idêntico lugar, da Secretaria-Geral de Execução de Lisboa.
Maria Elisabete Borges Pires Ribeiro, Escrivã-Adjunta da Secretaria-Geral de Execução de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar dos Juízos de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

Início de Funções: 2 dias

31.12.2010. — A Directora de Serviços, *(Helena Almeida)*.

204182576

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Declaração de rectificação n.º 97/2011

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 21/2011 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 1, de 3 de Janeiro de 2011, rectifica-se que onde se lê «entre a 10.ª e a 11.ª posição remuneratória da categoria e entre 45.º e 48.º nível remuneratório» deve ler-se «na 10.ª posição remuneratória da categoria e no 45.º nível remuneratório».

5 de Janeiro de 2011. — O Director, *Domingos Miguel Soares Farinho*.

204177813

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 1434/2011

Faz-se público que, por despacho de 7 de Dezembro de 2010 do Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências do Ministro da Justiça n.º 6 118/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 67, de 7 de Abril de 2010, foi autorizada a abertura de concurso para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, e do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição do Título de Notário, constante do Anexo I à Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril, e que da mesma faz parte integrante, o qual se rege pelas seguintes normas:

1 — Lugares — o número de cartórios notariais e respectiva área de localização constam da lista anexa ao presente aviso.

2 — As vagas são preenchidas de acordo com as referências de localização dos cartórios manifestadas no requerimento de candidatura e respectivo pedido de licença e ainda de acordo com os critérios adiante enumerados.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, e Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril.

4 — Requisitos de admissão — Podem candidatar-se ao concurso todos os notários detentores desse título, nos termos do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro e